

PEDAGOGIA FEMINISTA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR COM MULHERES ASSENTADAS DO MST

FEMINIST PEDAGOGY IN THE PERSPECTIVE OF POPULAR EDUCATION WITH WOMEN SEATED OF THE MST

Márcia Alves da Silva¹
Eliane Godinho Corrêa²
Carla Negretto³

Resumo: Esse texto trata de uma experiência investigativa e de extensão acadêmica na área da educação popular, que busca investigar o processo de construção dos sentidos do trabalho feminino e sua relação com a categorização de gênero, a partir das histórias de vida dessas mulheres aliadas com a produção artesanal produzida por cada participante. Para isso, construiu-se um espaço de educação não-formal para a produção artesanal, onde as memórias dos grupos são resgatadas não apenas a partir da oralidade, mas também na produção concreta do artesanato, de forma coletiva e solidária. O trabalho vem sendo realizado há mais de três anos com grupos de mulheres assentadas participantes do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, no interior da cidade de Pinheiro Machado, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Neste período, é possível percebermos a construção e o fortalecimento de uma coletividade, onde se desconstrói parâmetros historicamente construídos, buscando ressignificar o feminino num processo de aprendizagem. Esse texto aborda, inicialmente, a proposta educativa da educação popular como pano de fundo para compreender os movimentos sociais, especialmente o MST. Após, busca-se demonstrar a importância do artesanato no trabalho que vem sendo realizado com as mulheres assentadas para, na sequência, apresentar aspectos mais específicos da investigação encaminhada, problematizando a divisão sexual do trabalho das mulheres do campo, apresentando alguns achados.

Palavras-chave: Feminismo; Movimentos Sociais; Artesanato; Trabalho Feminino.

Abstract: This text is an investigative experience and academic extension in the area of popular education, which seeks to investigate the construction process of the female labor senses and their relation to the categorization of genre, from the life stories of these women combined with production handmade produced by each participant. For this, it built up a non-formal education space for craft production, where memories of the groups are redeemed not only from orality, but also in the actual production of the craft, collective and solidarity. The work has been performed for more than three years with groups of women seated Rural Workers Movement Landless participants - MST within the city of Pinheiro Machado, in the state of Rio Grande do Sul, Brazil. In this period, we can realize the construction and strengthening of a community where deconstructs parameters historically constructed, seeking reframe the female in a learning process. This text addresses initially the educational proposal of popular education as a backdrop for understanding social movements, particularly the MST. After, we seek to demonstrate the importance of crafts in the work being done with women settled for following, present more specific aspects of directed research, questioning the sexual division of labor of rural women, with some findings.

Keywords: Feminism; Social Movements; Crafts; Working Women.

¹ Socióloga, Mestre e Doutora em Educação. Professora Adjunta do Depto. de Fundamentos da Educação da Faculdade de Educação da UFPel. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma instituição. Coordenadora do Observatório de Gênero e Diversidade da UFPel. E-mail: profa.marciaalves@gmail.com

² Pedagoga, Mestranda em Educação da UFPel. Bolsista CAPES. E-mail: eliane-g-c@hotmail.com

³ Discente do Curso de Pedagogia da UFPel. Bolsista de Iniciação Científica. E-mail: ka_karllynha10@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O texto se refere a uma experiência em andamento, que tem sido realizada com grupos de mulheres assentadas participantes do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, no interior da cidade de Pinheiro Machado, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Trata-se de um recorte de uma pesquisa que carrega consigo a extensão acadêmica, que busca investigar o processo de construção dos sentidos do trabalho feminino e sua relação com a categorização de gênero, a partir das histórias de vida dessas mulheres aliada com a produção artesanal produzida por cada participante em oficinas de artesanato. Para isso, construiu-se um espaço de educação não-formal, construindo-se um espaço de produção artesanal, onde as memórias dos grupos são resgatadas não apenas a partir da oralidade, mas também na produção concreta do artesanato, de forma coletiva e solidária. Dessa forma, alia-se a pesquisa acadêmica com a extensão universitária, pois esse espaço tem sido possibilitado essas duas experiências que, dialogam entre si e se fortalecem o longo do tempo, pois o projeto já possui mais de três anos de duração. Importante salientar que essa experiência foi aprovada e contemplada com recursos do Edital Proext de 2014.

Pesquisas sobre artesanato, estudos sobre gênero e feminismo, o mundo do trabalho e empoderamento da mulher são temas e questões de relevância que vêm despertando interesse na academia. O artesanato é um tema que proporciona uma aproximação com uma série de acontecimentos que estão silenciados em nossa memória, dentre eles, a ideia de artesanato como trabalho, como saber, como produção de resistência e conhecimento, ligados ao processo educativo de constituição do sujeito. Como objetivo geral a proposta pretende compreender como se dá o processo de empoderamento das mulheres através das oficinas de artesanato, partindo das contribuições da pedagogia feminista e da educação popular, para a (re)significação de saberes e poderes, num processo político pedagógico, de luta e resistência. Assim, pretende-se:

- Investigar como o artesanato pode se constituir em uma ferramenta político pedagógica em oficinas de artesanato, sob o ponto de vista da pedagogia feminista, especialmente a partir da

implementação do bordado denominado *Arpillera*;

- Promover um espaço de formação e informação, a serem desenvolvidos durante as oficinas, a partir de temas geradores a serem trabalhados e discutidos com o grupo;

- Problematizar quais discursos estão no jogo de poder, discutindo trabalho e gênero em relação a divisão sexual do trabalho do campo;

- Contribuir para o processo de empoderamento também econômico das participantes envolvidas, estimulando-as a participarem de exposições, feiras e mostras de seus trabalhos, inclusive comercializando suas peças;

- Refletir sobre o processo de organização e participação política das mulheres nos espaços do movimento, rompendo com o silenciamento das lutas femininas das artesãs assentadas.

Esse texto aborda, inicialmente, a proposta educativa da educação popular como alicerce para atuar com os movimentos sociais, especialmente o MST. Após, busca-se demonstrar a importância do artesanato no trabalho que vem sendo realizado com as mulheres assentadas para, na sequência, apresentar aspectos mais específicos da investigação encaminhada, problematizando a divisão sexual do trabalho das mulheres do campo, apresentando alguns achados.

PERCEBER O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA PELO VIÉS DA EDUCAÇÃO POPULAR

É importante dizer que o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra é uma referência no Brasil e fora dele como um exemplo de luta e organização pela reforma agrária, na busca de direitos e dignidade humana. Para alguns, visto como algo a ser extinto, pois incomoda setores dos governos, as elites em geral e os grandes latifundiários, pois fere os princípios de propriedade privada, tão caros à manutenção do capitalismo.

Configura-se como um movimento social articulado, atento, organizado de forma autônoma. Visto por muitos como radical em suas práticas, que também historicamente foi se compondo pela postura e organização de seus militantes, pela força de seus gestos e a grandeza da sua bandeira de luta, pela riqueza de seus símbolos, pela sua identidade, que mantém o jeito simples próprio dos povos do campo, como diz Caldart (2004),

mas pela forma diferente de pensar de seus militantes, de perceberem-se sujeitos históricos, sujeitos da luta de classes que lutam não só pela reforma agrária, mas por um mundo mais justo e digno para aqueles que vivem às margens da sociedade.

A principal força desse Movimento vem do contexto político, econômico ou sociocultural que o produz com determinadas características e não outras. O MST está se tornando um símbolo de contestação social não simplesmente por que contesta ou pelo jeito que contesta. Sua contestação adquire força cultural e simbólica, porque suas ações se enraízam em uma questão social que é forte e justa. Forte porque mexe com a própria estrutura social de um país historicamente marcado pelo latifúndio, parente da escravidão. Consensualmente justa, porque não há argumentos éticos contra a ideia de que a terra, bem natural e carregado de uma simbologia quase mágica, deve estar nas mãos de quem a deseja trabalhar e a fará produtiva, aplacando a fome de milhões de pessoas (CALDART, 2004, p. 28).

O movimento surgiu no Brasil em 1979, em Santa Catarina, e estendeu-se para todo o país ao longo dos anos 80 e 90. Nasceu de duas matrizes fortes, as raízes na luta do campesinato brasileiro e a religiosa, com a participação da Igreja, a Pastoral da Terra, totalmente interligadas. A primeira relacionada ao contexto dos lutadores sociais do campo e a segunda vinculada à Teologia da Libertação. Sendo assim, é possível observar que um traço forte ligado a cultura de lutas sociais é o de que o movimento se fortalece em sua base. As primeiras ocupações de terra ocorreram em 1979 e a que teve grande apoio da sociedade e maior visibilidade foi a de Encruzilhada Natalino, em 1981, no estado do Rio Grande do Sul, estado onde se localiza essa pesquisa.

A estratégia básica dos Sem-Terra é a ocupação, em forma de acampamentos, de terras consideradas improdutivas, públicas ou particulares, criando um fato político visando pressionar os órgãos públicos a negociarem com o Movimento o seu assentamento definitivo na terra, através da concessão de títulos de posse, etc. As ocupações são planejadas com bastante antecedência, pois o Movimento possui uma

forma de organização bem planejada, baseada em comissões. “Hinos, gritos de alarme, estratégias contra a repressão, estudos sobre o solo, a distribuição de lotes, a irrigação, serviços coletivos, etc., tudo era cuidadosamente planejado antes da entrada massiva na área” (GOHN, 1995, p. 66-67).

Essas estratégias orientam o processo de luta pela terra em suas pautas e investidas. É possível perceber que o processo de auto-organização social perpassa diversas áreas, na qual a educação é uma delas, e que passa a ter um lugar central dentro do Movimento. Como proposta essencialmente política de formação e concepção da vida e das relações, a educação é vista como um processo inacabado de ser mais, com pontos bem relevantes a serem abordados desde a preparação para o trabalho no campo, passando pelos valores humanos, relação com a natureza, leitura de mundo, práticas sustentáveis, entre outros. Também fica bem claro o papel do educador como um militante e da escola como um espaço para formar militantes, para mística e luta popular, pois ela é vista como um lugar de vida e de reflexão sobre a vida, sob o ponto de vista da ética.

Portanto, as ações coletivas dos movimentos sociais buscam superar as crises do sistema capitalista, organizando-se à margem, na contramão da acumulação de bens e materiais. Luta esta que se baseia na noção dos direitos sociais, pois elas e as ideologias, além das políticas dos movimentos, podem alterar as forças dominantes, tornando-se cada vez mais espaços de resistência e militância pela vida, almejando uma outra sociedade possível, com condições mais dignas e justas para todas as esferas sociais.

Segundo Streck (2009), a pedagogia do movimento tem características pontuais, entre elas a leitura de mundo desde o interior das práticas sociais, a itinerância ou “andarilhagem” e a ampliação de fronteiras do “ser mais” a partir dos movimentos sociais como forças instituintes. Ressaltando que Paulo Freire reconheceu os movimentos sociais como as forças por excelência capazes de alterar situações de injustiça construídas na história, a partir de interesses que passaram a ser naturalizados. Sabemos da diversidade que compõem os movimentos sociais, das diferentes concepções ideológicas e das pautas de lutas, porém, o papel central deles também é o desenvolvimento da percepção e leitura de mundo. Streck (2009) afirma que uma das

trajetórias dos movimentos sociais de acordo com a pedagogia freireana é

[...] o desenvolvimento da ótica de leitura de mundo, na qual os movimentos sociais populares desempenham um papel central. São eles que propiciam o óculos para conhecer a realidade, mesmo que os patrocinadores de projetos e programas sejam órgãos de governo ou, mais tarde, organizações não governamentais (STRECK, 2009, p.167).

Historicamente, a emergência do popular se funda no panorama latino americano das décadas de 50 e 60. Segundo Brandão (2001) e Paludo (2001 apud STRECK, 2009), é neste período que a educação passa a ser vista como instrumento para as classes subalternas ocuparem um lugar na sociedade, lugar este que lhes era negado até então. Conviver com um grande número da população ignorante e analfabeta não era interessante para o desenvolvimento econômico na época. Neste contexto, era importante que os operários da indústria fossem minimamente alfabetizados para poderem desenvolver suas atividades, o que influenciava também no panorama das disputas políticas, já que a elite precisava ter o controle da situação para a manutenção de seus privilégios de classe.

Portanto, a política populista na época propôs adaptar as massas dentro da estrutura da sociedade, sem alterar a essência. E neste quadro, os espaços de participação popular foram fugindo do controle e o processo de tomada de consciência ultrapassou os parâmetros previstos pois, além de estimular a mobilização das massas, a pressão popular aumentou através de mobilizações, tanto na busca pela garantia de seus interesses, bem como de realizar as reformas desejadas. Ou seja, a mobilização das classes populares deu início a um processo de luta pela transformação social, pois já não era mais conivente com a cultura do silêncio e da opressão, derivado e marcado por um passado colonial. Esses movimentos de organização popular ganham força ao redor do mundo com um “caráter de preocupação ineludível”, como diz Freire (1999, p. 29) em *Pedagogia do Oprimido*.

Streck (2009) aponta cinco elementos que, segundo Freire, nos levam a compreender a lógica e a importância dos movimentos sociais:

a) Eles são portadores de uma rebeldia que impulsiona as mudanças na

sociedade, rebeldia no sentido da justa raiva, da indignação;

b) Eles são localizados, respondem a desafios específicos, relacionados a uma classe, a um grupo social, a uma questão social emergente;

c) Eles têm uma preocupação essencial, de caráter universal, na grande maioria, há uma busca pela humanização;

d) Eles são lugares de constituição do homem e da mulher como sujeitos, como alguém que diz a sua palavra;

e) Eles ultrapassam uma visão antropocêntrica e avançam na discussão em torno da centralidade da cultura e valorização das diferenças, onde a própria vida é a possibilidade para uma educação humanizadora. Pois toda ação política é também uma ação pedagógica que não é neutra. Assim, conforme afirmou Freire,

[...] se temos uma opção política de compromisso com a classe trabalhadora, temos um sonho, uma utopia. Meu sonho não é apenas a tomada do poder: mas a reinvenção do poder. A tomada de poder pode implicar na reprodução ideológica do velho poder autoritário. Mas é preciso, sim, reinventá-lo completamente de maneira democrática (FREIRE, 1984, p. 6 apud STRECK, 2009, p. 173).

Por isso a importância de trabalhar a leitura de mundo nas oficinas de artesanato, pois ela é uma “possibilidade que mulheres e homens ao longo de sua história criaram de entender a concretude e de comunicar o entendido” (FREIRE, 2000, p. 42). Isso faz parte do ser e estar no mundo. Pois, nos constituímos

[...] como mulheres e homens a partir de compreensões da realidade que vamos formando desde que nascemos, através de um complexo conjunto de lentes que herdamos, e que, ao mesmo tempo reconstruímos, de forma sempre original. Se não podemos negar o caráter formativo das experiências, precisamos também reconhecer que esta formação não ocorre de modo mecanicista e, muito menos, pré-determinada (STRECK, 2009, p.173).

Por isso a importância da pedagogia crítica estar presente aos espaços de formação, abolindo a ideia de mero treinamento, mas sim incorporando a proposta de uma formação pedagógica de cunho político, em que a prática

educativa esteja comprometida com os movimentos sociais, neste caso o movimento feminista e o movimento dos trabalhadores sem terra, este último que surge nas margens da legalidade e que luta pela garantia e acesso a possibilidade de cultivar a terra, para além de uma práxis social.

Freire (2001) lembra que a ideia de movimento está presente na própria etimologia de educação: trata-se de um movimento de fora para dentro e vice-versa, que corresponde à tensão entre autoridade e liberdade. O lugar do oprimido, na sua provisoriedade como momento de passagem, requer um constante reinventar-se. Portanto, a pedagogia dos movimentos sociais, que às margens da sociedade representam muito mais do que a resistência, nesta pesquisa ganham o caráter político da ação educativa enriquecida com as vivências e experiências das mulheres camponesas assentadas, problematizando no processo de criação das arpilleras o seu processo histórico na construção do seu ser mais, denunciando e anunciando em suas peças a luta, a resistência e a utopia. Situações estas contextualizadas, problematizadas e historicizadas, que com as contribuições do feminismo pretendem proporcionar espaços para articulações de seus processos de emancipação individual e coletiva, proporcionando leituras de mundo, dizendo a sua palavra, criando e (re)criando suas histórias interligadas ao princípio educativo do artesanato popular, dos movimentos populares e da transformação social.

Tudo isso partindo de um rico círculo de cultura em que os problemas sociais enfrentados pelas mulheres possam ser discutidos, debatidos, enfrentados e problematizados de forma a resolvê-los, propiciando um espaço para criar laços de cumplicidade e sororidade, de empatia e de transformação. Para isso, os princípios da educação popular são essenciais para realização desta investida.

Sabemos que o capitalismo se mostra cada vez mais desumanizador e cruel em sua lógica social e econômica, ainda mais quando levamos em conta o legado patriarcal e opressor deste sistema que todos os dias mata, fere e oprime mulheres ao redor do globo. No entanto, é essencial compreender e intervir em nossa realidade para compreender e projetar experiências que se coloquem na perspectiva de construir outras alternativas para transformar o social, modificar e (re)significar a história de

mulheres na construção de caminhos possíveis para emancipação humana.

Sendo assim, pensando nas histórias de vida dessas assentadas Sem Terra e os espaços de criação como uma relação importante para o processo político pedagógico de formação de todas participantes, Caldart (2004, p. 32) chama de

[...] uma *coletividade em luta* (Schmitt, 1992) que se produz como uma identidade que primeiro é política, mas que se torna também cultural à medida que recupera raízes, recria relações e tradições, cultiva valores, inventa e retrabalha símbolos que demonstram os novos laços sociais, e assim faz história. [grifos da autora].

A participação das mulheres como sujeitos no movimento produz uma identidade coletiva que as acompanha, pois essa identidade foi recriada e (re)significada no processo de luta social, como classe e como um projeto de sociedade, de futuro. Segundo Caldart (2004), estas pessoas compreendem-se como sujeitos sociais quando “[...] à medida que se constituem como uma coletividade que traz para si (o que não quer dizer esgotá-la em si) a luta para garantir a sua própria existência social como trabalhadores da terra, enfrentando aqueles que, nesta sociedade, estão destruindo a possibilidades dessa existência” (CALDART, 2004, p. 33-34).

O PAPEL DO ARTESANATO NA PROPOSTA DA PESQUISA

O artesanato aqui é o grande artifício para fomentar a discussão sobre trabalho feminino, resistência e poder pelo viés da educação popular. Visto como uma ferramenta pedagógica e metodológica, o artesanato desafia a construir novos conhecimentos, partindo das vivências e experiências, sem deixar de ser relacionado com os conhecimentos já produzidos, além de buscar novas técnicas e conhecimentos. Por isso ele se torna uma ferramenta dialógica muito rica, pano de fundo problematizador da temática que envolve a proposta de investigação e discussão. Almeja também compor um “novo” produto elaborado e pensado coletivamente, que através do diálogo estabelecido nas oficinas é possível assumi-lo como essencial à relação humana e como práxis social e política.

Nas oficinas busca-se problematizar o universo feminino e as relações que se estabelecem problematizando a divisão sexual do trabalho, a partir de questões relacionadas à realidade vivida pelas mulheres envolvidas, trazendo à tona o seu saber-fazer-poder como um processo ético-político e formador, sob a ótica da possibilidade de construção de uma pedagogia feminista baseada na educação popular pois, de acordo com Freire, “a gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática” (FREIRE, 1991, p. 58).

Portanto, levando estas questões em conta, a proposta deste trabalho é investigar como esse saber autoriza, politiza e potencializa as experiências vividas por essas mulheres fazendo uso de várias técnicas de artesanato. Em especial o trabalho de *Arpillaria* como uma técnica de bordado que estimula a perceber o contexto político e social vivido, articulando a construção desse saber com a vida das mulheres, como elas se autorizam, se articulam se apropriam do bordado para compor e enfrentar a vida, como cria e recria, reinventa e (re)significa a vida.

Nessa experiência, o bordado aparece como tema potencializador do “artesanato de si” na perspectiva das múltiplas possibilidades de criação e reflexão sobre o vivido, bordando e costurando saberes, produzindo o produto em si e compondo com ele outras possibilidades do existir. Os *retalhos* são elementos do que pode ser criado, que é potencializado no processos de criação e recriação, os quais muitas vezes são pedaços de suas roupas desgastadas e já não mais usadas, assim como a juta e os demais materiais...

A Arpillaria ou Arpillera é uma técnica têxtil chilena que possui raízes numa antiga tradição popular iniciada por um grupo de bordadeiras de Isla Negra, localizada no litoral central chileno. As arpilleras originais eram montadas em suporte de aniagem, pano rústico proveniente de sacos de farinha ou batatas, geralmente fabricados em cânhamo ou linho grosso, por nós mais conhecido como juta. Toda a costura é feita à mão, utilizando agulhas e fios. Importante ressaltar que nos primórdios dessa construção, as primeiras bordadeiras usavam como tecidos nos bordados as roupas dos seus familiares desaparecidos políticos no período da ditadura chilena. Por isso constituem um trabalho que não só é uma peça artesanal com fins estéticos, mas uma forma de expressão popular,

de luta, resistência e, muitas vezes, denúncia – por isso o seu caráter político.

Como forma de registrar a vida cotidiana das comunidades e de afirmar sua identidade, as oficinas de arpilleras não somente representaram a expressão dessa realidade, como também se transformaram em fonte de sobrevivência em tempos adversos, em suas peças denunciando a opressão vivida. Dessa forma a Arpillera,

[...] incorpora elementos tridimensionais e retalhos de tecido aplicados sobre suporte de juta, em espanhol “arpillera”, daí o nome. Nos dias sombrios da repressão militar chilena (1973-1990), as arpilleras floriram dos pátios interiores das casas e nas igrejas da periferia de Santiago. De trabalho invisível e afazer cotidiano, gritos de luta e de luto foram costurados pelas chilenas, com as roupas dos seus desaparecidos, e espalhados pelo mundo, desafiando o silêncio imposto pelo regime do General Augusto Pinochet. Desde então, a linguagem e arte de fazer arpilleras têm inspirado outras mulheres no mundo, que continuam a documentar, através da costura, tanto suas experiências vividas quanto as suas respostas a abusos globais de direitos humanos (FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA, 2015, s./p.).

Neste tipo de trabalho toda a costura é feita a mão, utilizando agulhas e fios, sendo às vezes adicionados fios de lã a mão ou em crochê para realçar o contorno das figuras, assim como elementos tridimensionais, como bonecas. As dimensões das arpilleras pode variar, mas a maioria segue um tamanho padrão (60X40cm), sendo este determinado pela dimensão do saco de batatas ou farinha que era usado como suporte, que cortado em seis partes possibilitava que o mesmo número de mulheres bordasse sua própria história, a de sua família e de sua comunidade. A particularidade desta técnica é o contexto político e social na qual foram criadas.

Graças as arpilleras, muitas mulheres chilenas puderam denunciar e enfrentar a ditadura desde fins de 1973. As arpilleras mostravam o que realmente estava acontecendo nas suas vidas. Segundo informações disponíveis em vários buscadores, em relação as Arpilleras, Violeta Parra (ARPILLERAS, s./d., s./p.) disse uma vez que “as arpilleras são como canções que se pintam”.

As arpilleras eram produzidas em oficinas ligadas à igreja que as exportava e vendia em férias solidárias na Europa e Estados Unidos, ajudando, além da sua difusão, a garantir uma fonte de renda mínima para estas mulheres. Com o tempo, as arpilleras têm se tornado uma das mais pungentes e estendidas manifestações visuais sobre as violações de direitos humanos, a desaparecimento dos seres queridos e a oposição ao autoritarismo ligados ao regime militar que governou o Chile até 1990.

Desde 2008, as arpilleras chilenas têm percorrido o mundo e inspirado outras mulheres a registrar e denunciar suas experiências de violação de direitos humanos. No Brasil, as arpilleras produzidas vêm sendo criadas pelas mulheres organizadas no Movimento das Atingidas por Barragens, que organizam para este ano uma exposição, oficinas e a elaboração de um filme a respeito.

Sendo assim, motivada por este contexto, esta pesquisa propõe se constituir numa experiência de arpilleria com mulheres assentadas do MST, criando-se um espaço onde elas possam ‘contar’ e registrar suas próprias histórias e a do próprio Movimento através do bordado. Assim, de um lado, o artesanato como um instrumento, um artifício, uma estratégia da pedagogia feminista; de outro, as discussões sobre opressão de gênero, educação, sexualidade e tantos outros assuntos a serem problematizados durante o processo de criação e recriação de “suas peças” e de si, anunciando e denunciando o experienciado e vivido no processo de luta pela reforma agrária, a luta pelo direito de cultivar a terra. Quais os trajetos que buscam para si, como essas mulheres percebem-se produtoras de conhecimento, que discursos elas assumem quando autorizam-se detentoras de um saber, em que medida vão (re)pensando e (re)significando suas relações, contextos, saberes, espaços-territórios nas oficinas de criação, esse é o problema proposto por esta pesquisa.

Dessa forma, não podemos realizar esse trabalho sem nos repensarmos enquanto pesquisadoras. Considerando o que Freire nos fala em relação a pesquisa, a relação entre pesquisadora e pesquisadas é um ato educativo, um ato de conhecimento, pois

[...] tem como sujeitos cognoscentes, de um lado, os pesquisadores profissionais; de outro, os grupos populares e, como objeto a

ser desvelado, a realidade concreta. Quanto mais, em tal forma de conceber e praticar a pesquisa, os grupos populares vão aprofundando como sujeitos, o ato de conhecimento de si em suas relações com a sua realidade, tanto mais vão podendo superar ou superando o conhecimento anterior em seus aspectos mais ingênuos. Deste modo, fazendo pesquisa, educo e estou me educando com os grupos populares [...] pesquisar e educar se identifica em um permanente e dinâmico movimento (FREIRE, 1983a, p. 36)

Em relação ao artesanato, o mesmo expressa um grande paradoxo, na medida em que uma atividade altamente refinada e complexa surge a partir de atos mentais simples. Segundo Richard Sennett (2013), três habilidades são essenciais ao labor artesanal. São elas: as capacidades de localizar (tornar algo concreto, especificar), questionar (refletir sobre suas qualidades, investigar) e abrir (expandir o seu sentido, “abrir-se para”). O último é o que aqui interessa, pois o “*abrir-se para*” diz respeito a estar aberto às possibilidades de fazer as coisas de maneira diferente, de criar, de aprender e de mudar. Segundo Freire (1983b), o ímpeto criador do ser humano nasce da capacidade de perceber-se um ser inconcluso. Princípio este latente em nós mulheres, artesãs, estudantes, educadoras, militantes.

Ainda em relação ao trabalho artesanal, Sennett (2013, p. 299) diz que a “zona de resistência” tem dois significados: um denota divisa, que resiste a uma contaminação; e outro de fronteira, local de separação e ao mesmo tempo de troca. Para ele, no trabalho artesanal, o ambiente mais produtivo para trabalhar com a resistência é a fronteira, assim como fazemos nas oficinas. Por isso, algo de suma relevância a ser dito neste trabalho é que ao trabalharmos com a concepção de pesquisa participante como metodologia e ideologia, damos enfoque estratégico para a ação popular.

Através do artesanato as mulheres produzem saber, poder, empoderam-se, escrevem suas histórias, tramam seus fios da existência nos encontros vividos com o outro (outro social, natureza, acontecimentos, o que produz efeitos nos corpos, maneiras de viver). Para aqueles que habilidosamente trabalham com as mãos, elas estão intimamente ligadas à expressão, elas expressam um pensamento, externalizam aquilo

que intimamente é desejado, potencializam suas ações, de todos os membros do corpo humano, projetam seu ser e estar no mundo. Desta maneira, quando pensamos em educação, levamos em conta essas questões intrinsecamente ligadas numa concepção de educação libertadora, por acreditar que

[...] a educação que propomos, em decorrência de nossa opção política é uma educação que venha a ser construída hoje a partir desse debate amplo, desse caminhar juntos de todos os educadores que somos, e não só pelos professores, mas também pelos pais, alunos, jornalistas, políticos, enfim, por toda a **sociedade brasileira se repensando** (GADOTTI; FREIRE; GUIMARÃES, 1985, p. 26) [grifos do autor].

Assim, quando discutimos essas questões relevantes durante as oficinas, também estamos engrossando “a luta pelo vencer, no sentido de mudar a história” (GADOTTI; FREIRE; GUIMARÃES, 1985, p. 32). Pois somos políticos e, nesta perspectiva, há uma especificidade da pedagogia, principalmente quando discutimos exploração, opressão e trabalho, pois não deixamos de ser educadoras e educadores, somos educadores em todo lugar, como nos lembra Freire (1985), e nossa postura política nos acompanha em todos os nossos atos, em qualquer situação em que nos encontramos e nos encontremos. Sendo assim, “o educador revolucionário tem no método um caminho de libertação, e é por isso que, na medida do possível, ele discute com o educando a apreensão do próprio método de conhecer” (GADOTTI; FREIRE; GUIMARÃES, 1985, p. 65). Dessa forma, o educador ou a educadora assume seu compromisso com a sociedade, com a classe trabalhadora, buscando reinventar o poder.

Para que o processo seja de fato produtor de novos conhecimentos, a participação de todos, no caso todas, é fundamental. Para isso a leitura de mundo e de classe, o conhecimento da realidade é essencial, pois

[...] não há outro caminho senão o de partir precisamente do lugar em que a classe trabalhadora se acha. Partir do ponto de vista da sua percepção do mundo, da sua história, do seu próprio papel na história, partir do que sabe para poder saber melhor,

e não partir do que sabemos ou pensamos que sabemos (GADOTTI; FREIRE; GUIMARÃES, 1985, p. 69).

Contribuir com o processo de empoderamento e emancipação das mulheres das classes populares, a partir do que problematizamos durante as oficinas de artesanaria, passa a ser não só uma fonte de renda, mas também uma possibilidade de pensar-se e repensar-se em suas relações no e com o mundo, conseqüentemente com os outros. Romper com o silenciamento das lutas femininas em busca de equidade também é um dos objetivos deste trabalho, que assume seu caráter político e ideológico na desconstrução da lógica patriarcal imposta pelo sistema capitalista e neoliberal, em que o patriarcado fere, mata e machuca todos os dias, infelizmente. Por isso a necessidade do feminismo e suas contribuições para uma educação libertadora e revolucionária.

A MULHER E O MUNDO DO TRABALHO: SOBRE A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO DO CAMPO

Em linhas gerais, neste período de execução da pesquisa, os papéis sociais de mulher, mãe, esposa, cuidadora do lar e as relações que se estabelecem nesses contextos, inclusive de opressão de classe e de gênero, tem sido desveladas nas oficinas de artesanato.

Portanto, é preciso levar em consideração alguns pontos. Um deles está em compreender que esta abordagem pretende ir no sentido de romper com o silenciamento das lutas e conquistas femininas. Discutir o artesanato como um processo político pedagógico é algo relevante no tocante a ouvir e dar voz aquelas que vivem à margem da sociedade. E, além disso, elas perceberem-se como seres históricos capazes de ler e intervir no mundo, criando alternativas e possibilidades de existir e resistir. Dessa forma, a proposta se consolida como um espaço de formação para as mulheres participantes.

Por isso, problematizar e discutir a ideia do artesanato concebido como trabalho e as relações que implicam na divisão sexual do trabalho são importantes, visto que

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que

isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado [políticos, religiosos, militares etc.]. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 5).

Nesse sentido, investigar a forma com que as mulheres se autorizam detentoras de um saber não é só um exercício de memória, uma releitura da vida, capaz de projetar o futuro e despertar para novas perspectivas dentro do próprio debate feminista, mas é de fato problematizar a opressão que vivem em relação ao mundo do trabalho.

Sabemos que a construção histórica de um processo de divisão sexual do trabalho contribui significativamente para a exploração social, cultural e econômica do capital, segregando o trabalho de homens e mulheres, hierarquizando e subalternizando “naturalmente” as mulheres, ampliando o processo de exploração da mão de obra feminina, já que muitas acumulam jornadas de trabalho. Dessa forma,

A divisão sexual do trabalho resulta de um sistema patriarcal capitalista que por meio da divisão sexual hierárquica entre os sexos, confere às mulheres um baixo prestígio social e as submete aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados. Há portanto, uma determinação social e não natural, para a existência da divisão sexual do trabalho (CISNE, 2015, p. 117-118).

Muitas mulheres assentadas, além de atuarem nos espaços públicos, trabalhando diretamente na terra com seus cônjuges, ainda desenvolvem atividades historicamente concebidas como “naturalmente femininas” no espaço privado, relacionadas a todo o trabalho doméstico, concebido como essencialmente feminino fazendo parte de construções culturais e históricas reforçadas pela educação sexista que ainda vigora em nossa sociedade, estereotipando o que é ser mulher e, está claro, atendendo aos interesses patriarcais e capitalistas.

Nos grupos participantes da pesquisa, esse contexto aparece a todo momento. Por diversas vezes a temática da divisão sexual do trabalho foi

e tem sido tema de debate e estudos. Os arquivos da pesquisa possuem diversos relatos que visibilizam esse aspecto. Um exemplo que trazemos aqui aparece no trecho abaixo como resultado da observação da pesquisadora.

Sara [nome fictício] tem 23 anos, é casada e mãe de 2 filhos, uma menina de 3 anos e um menino de 2 anos de idade. Sara tem muita dificuldade em se concentrar nas oficinas pois as crianças demandam muito de sua atenção. Ela relata que se sente cansada e sem ânimo devido a quantidade de atividade doméstica e o tempo dedicado no cuidado com os filhos. Não foi perguntado a Sara se seu marido ajudava nas atividades domésticas, até porque era visto que não. Caso contrário, ele estaria cuidando das crianças enquanto ela participava de um momento de formação, já que este se encontrava em sua casa no momento da oficina. Neste dia tratamos sobre a mulher e o trabalho doméstico, e como esse contexto foi historicamente construído e naturalizado como trabalho das mulheres ao longo de séculos pelas sociedades. Ao término do debate e como fechamento dessa discussão, todas as participantes deram sugestões de como Sara poderia estar agindo para inserir seu marido nas atividades domésticas e no cuidado com os filhos. (Caderno de Campo, 25.06.16).

Segundo Saffioti (1987), podemos compreender como patriarcado um sistema social/político que é baseado no poder masculino sobre as mulheres. Um sistema histórico que estimula de diferentes formas a compreensão distorcida e equivocada de que as mulheres são naturalmente inferiores aos homens. A autora salienta que o patriarcado não é apenas um sistema de dominação, mas se configura como um sistema de exploração, o que extrapola o campo político e ideológico, mas se configura também numa exploração econômica, servindo ao capitalismo.

Ao afirmar isso, a autora nos remete a pensar as relações familiares, por exemplo, em que tanto a dona de casa como a trabalhadora que acumula jornadas de trabalho, são “objeto de exploração do homem”, pois fica evidente a dupla dimensão do patriarcado, a exploração e a dominação, as quais alimentam as desigualdades sociais e de gênero.

O projeto tem suscitado muitos debates sobre o tema. Podemos descrever os grupos de assentadas como sendo formado por mulheres bem heterogêneas. Embora em minoria, percebemos mulheres mais desprendidas dos padrões opressores, que por mais que tragam na sua bagagem a imagem do feminino como uma mulher sendo boa dona de casa, cumprindo com suas tarefas corriqueiras com esmero, estas não se sentem nem um pouco retraídas pelo marido ao largarem as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos para se dedicar pelo menos uma vez por mês às oficinas do projeto. No entanto, por outro lado temos mulheres que não se percebem deixando seus maridos e filhos sem o almoço de cada dia, já que no dia que o projeto realiza oficinas em tempo integral, incluindo o almoço coletivo, estas retornam para casa rapidamente, tanto com chuva forte como com o sol escaldante do meio dia para cumprirem com essa “obrigação”. Quando questionadas sobre o papel que a mulher desempenha em torno do lar, do serviço doméstico, da família e a servidão ao marido, fica evidente às diversas posições sobre o tema, onde algumas dizem frase do tipo:

- “Mas o marido que se vire com o almoço, eu não vou deixar de aprender para ficar pilotando fogão”.

- “Hoje foi um dia que meu filho ficou responsável com o almoço, ele me disse: - Mãe pode ir com calma que eu tomo conta de tudo!”.

“Meu filho foi para a cidade cursar o ensino técnico sabendo até costurar... ele sabe faxinar, cozinhar... não passa trabalho nenhum lá”. (Caderno de Campo, 10.12.2015)

Já no grupo mais conservador o embalo das conversas fora bem menos animador:

“Meu marido diz que serviço doméstico é coisa de mulherzinha, por isso não posso nem pensar em ensinar meus filhos a cozinhar, quanto mais a lavar a louça ou fazer algum serviço na casa”.

“Meu filho foi para o quartel e levou castigo, porque não sabia nem arrumar a própria cama, não sabia esticar bem os lençóis, por isso levou castigo... Meu marido disse que era pra eu ensinar, mas foi minha família que me ensinou desse jeito”.

“Agora é tarde demais para tentar mudar, acostumamos eles desse jeito”. (Caderno de Campo, 10.12.2015)

Foi interessante analisar que esse debate partiu das próprias participantes. Como os grupos já possuem uma caminhada coletiva, as diferenças começam a aflorar e se tornarem mais visíveis. Neste dia, quando o grupo mais conservador falava, o grupo mais progressista rebatia com algum exemplo concreto trazido de casa, o que deixava o grupo conservador sem resposta. Foi uma conversa interessante, sem grandes conflitos entre elas, mas que durou um bom tempo, até que o grupo mais conservador se rendeu quando uma das participantes disse: “- Falar é fácil, mais como eu posso mudar isso dentro de casa, como fazer meu marido, meus filhos mudarem, ajudarem nas tarefas?”. Nisso outra respondeu: - “Conversando, explique com calma o que você está sentindo... já é um começo. Diga que você quer ajuda, que você está cansada, porque tem dias que a gente está cansada mesmo, não é nenhuma mentira” (Cadernos de Campo, 10.12.2015).

Partindo destas considerações em relação ao patriarcado e a divisão sexual do trabalho, percebemos a superexploração sobre o trabalho realizado por mulheres, seja no campo ou na cidade, tanto no espaço público como no espaço privado. Danièle Kergoat, em relação a estruturação sexual do trabalho e o capitalismo, diz que

De um ponto de vista histórico, a estruturação atual da divisão sexual do trabalho (trabalho assalariado/trabalho doméstico; fábrica/escritório/família) apareceu simultaneamente com o capitalismo, a relação salarial só podendo surgir com a aparição do trabalho doméstico [...]. Do nascimento do capitalismo ao período atual, as modalidades desta divisão do trabalho entre os sexos, tanto no assalariamento quanto no trabalho doméstico, evoluem no tempo de maneira concomitante às relações de produção (KERGOAT, 1989, p. 95 apud CISNE, 2015, p. 121).

Graças à naturalização da subalternidade das mulheres em nossa sociedade, questões como esta passam despercebidas, muitas vezes invisibilizando ou menosprezando o trabalho realizado por elas no espaço doméstico. Pior,

atribuindo a esta subordinação o “status” de dom ou habilidade, habilidades próprias do gênero feminino, muitas delas classificadas como “menos complexas”, ou seja, esta desvalorização do trabalho da mulher contribui para que elas não se percebam como trabalhadoras. Dessa forma, “isso faz com que algumas mulheres se acomodem, não se organizem e nem participem politicamente das lutas da classe trabalhadora. Deixam também de assumir cargos em associações, sindicatos ou na direção de movimentos sociais” (CISNE, 2015, p. 122).

Também existe uma cultura sexista que adequa a mulher aos limites do privado, pois o homem sempre foi e esteve ativo no espaço público. Desta maneira, há uma naturalização destes papéis, pois o trabalho doméstico não remunerado é visto como um papel exclusivamente feminino. Dessa forma, as mulheres, isoladas nos espaços domésticos, se mantêm distantes de diversas possibilidades de ação. Uma dessas possibilidades se referem a autonomia econômica e no mundo do trabalho. A partir do trabalho que vem sendo realizado com os grupos, temos percebido que elas se encontram em um processo de emancipação, econômica e social. Atualmente as mulheres participantes fazem parte de um grupo associativo denominado “Guerreiras da Arte”, que já comercializam sua produção em feiras de economia solidária e da reforma agrária.

Existe uma relação muito bonita no cuidado e no respeito com o matrimônio, mesmo que a mulher se submeta ao sistema patriarcal vigente, mesmo que ele exerça naturalmente sua autoridade do sim ou do não que lhe foi herdada pela sociedade, como o ‘cabeça do lar’. Essas mulheres assentadas ao debaterem e recapitularem estudos de formação sobre gênero se despertam para o assunto e buscam resolver seus problemas com a divisão sexual do trabalho doméstico. Desejam e o farão astuciosamente a seu modo, sem gerar grandes alvoroços intermináveis dentro de casa e estão buscando caminhos minuciosos e cuidadosos para que isso aconteça, incluindo também como arma alternativa a greve de sexo. (Caderno de Observação, 14.01.16).

A organização das temáticas e demais assuntos pertinentes partem da iniciativa das

participantes, que definem os temas geradores a serem trabalhados nos encontros. Alguns dos temas sugeridos até o momento foram: Nossas histórias, memórias e trajetórias; O processo histórico e de luta das mulheres; Mulheres e o mundo do trabalho; Saúde e sexualidade da mulher; entre outros. No que se refere às técnicas artesanais trabalhadas, da mesa forma são definidas coletivamente pelos grupos participantes. Ao longo do período várias técnicas já foram desenvolvidas e tem sido comercializadas pelo grupo, ampliando a renda dos mesmos.

Neste ano o grupo definiu aprender e confeccionar o bordado da Arpillera, a partir das escritas dos Diários, construídos pelos grupos tendo como tema *Nossas histórias, memórias e trajetórias*. Os Diários são cadernos personalizados com tecido ou outros materiais que, com técnicas de colagem e fuxico, consistiu na confecção de algo elaborado por elas, para elas mesmas. Os Diários têm se configurado como uma escrita de suas memórias, histórias de vida e momentos significativos em suas vidas e nas oficinas. A medida que se sentem à vontade podem compartilhar os conteúdos com o coletivo, pois o importante, neste primeiro momento, é dizerem a sua palavra, registrarem como percebem-se no e com mundo.

Neste momento, em que os diários já possuem uma produção considerável, tem sido o momento de registrá-las em outro suporte. O grupo tem construído suas trajetórias a partir da confecção do bordado chileno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância do estudo está em pensar como a mulher se relaciona com o seu saber nos espaços-territórios que ocupa. Como se reconhece e se torna mulher, se percebe artesã, detentora de um saber específico, e quais artifícios que ela usa para potencializar seu saber, seja em oficinas de artesanato ou em espaços individuais e/ou coletivos. Como ela percebe seus saberes e conhecimentos, levando em conta suas relações consigo mesma, com as outras e outros, com o mundo. Portanto, esta proposta intenta, junto com essas mulheres, ler o mundo, escrever e reescrever o mundo para que possamos transformá-lo e (re)significá-lo, compartilhando durante as atividades artesanais as lutas, os dramas, as questões do cotidiano, suas formas de intervenção

no mundo, inclusive as relações de poder, gênero, trabalho, sexualidade, luta pela terra e por condições dignas de vida e trabalho.

Ou seja, este escrever e reescrever o mundo não implica necessariamente no uso das palavras, mas numa leitura crítica que também implica num processo de conscientização. Segundo Gadotti, Freire e Guimarães

[...] a conscientização não é propriamente o ponto de partida do engajamento. A conscientização é mais um produto do engajamento. Eu não me conscientizo para lutar. Lutando me conscientizo [...] pois é lutando que se constituem níveis mais claros de consciência de classe por exemplo. [...] É na experiência de serem exploradas e na prática de arremeter-se para superar a situação concreta de opressão que as classes populares se conscientizam. [...] A conscientização é a tomada de consciência que se aprofunda. Esse aprofundamento é gerado na práxis e a reflexão sobre a própria luta que iniciou o processo de conscientização o intensifica. É um ciclo dinâmico. (1985, p. 115)

Portanto, o processo de tomada de consciência da realidade é muito importante. Pois se constitui de forma progressiva, levando em conta o contexto da vida prática delas. No entanto, esta prática conscientizadora só será de fato significativa se conseguir abarcar as relações de gênero. Para isso, é necessário levar em conta que analisar gênero, pelo foco das desigualdades sociais e da luta de classes, é relacionar a luta da mulher com a luta da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, pois, segundo Cisne (2015, p. 104), “a verdadeira emancipação das mulheres só pode ser alcançada com a ruptura com o modo de produção capitalista” e, para isso, perceber o nível de consciência dessas mulheres também é de suma importância.

REFERÊNCIAS

ARPILLERAS - bordando a resistência. Projeto de Filme/Documentário. [sem data]. Disponível em: <<http://arpilleras.wix.com/ofilme#!sobre/c10fk>> Acesso em: 15 jan. 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **De Angicos a Ausentes**: 40 anos de educação popular. Porto Alegre: MOVA-RS; CORAG, 2001.

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983b.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 27ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. Criando métodos de pesquisa alternativa. In: BRANDÃO, Carlos R. (Org.). **Pesquisa Participante**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983a.

_____. **Que fazer**: Teoria e Prática em Educação Popular. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001.

FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA. Arpilleras, Bordando a Resistência: exposição, filmes, oficinas, seminários. **Espaço Público de Cultura**, 03/09/2015. Disponível em: <<http://www.memorial.org.br/2015/09/mostra-arpilleras-bordando-a-resistencia-abre-dia-25/>> Acesso em: 20 jan. 2016.

GADOTTI, Moacir. FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia**: diálogo e conflito. São Paulo: Cortez, 1985.

GOHN, Maria da Glória. Sem-Terra e Sem-Teto no Brasil. **Contexto & Educação**. Revista de Educación em América Latina y el Caribe, Universidade de Ijuí, ano IX, n.38, abr./jun. 1995.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, p.595-609, set./dez. 2007

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SENNETT, Richard. **O artífice**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

STRECK, Danilo. Uma pedagogia do movimento: os movimentos sociais na obra de Paulo Freire. **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v.18, n.36, p.165-177, jan./abr. 2009.